



**FATOS &  
COMENTÁRIOS**

Marcos de Oliveira  
e Redação do MM  
fatos@monitormercantil.com.br

## *Reformas radicais ou mais 2008*

Uma certeza hoje – a importância do Estado Nacional – gera uma disputa pós-Covid, mas que começa a ser jogada agora. Defensores do livre mercado recém-convertidos ao keynesianismo de ocasião jogam suas fichas na tese de que o Estado é importante em uma situação excepcional, devendo voltar ao seu tamanho mínimo passada a pandemia. Uma tradução desta tese seria “os lucros são meus, os prejuízos são vossos”.

Quem defende um Estado presente ganhou voz com a crise, mas depende de avanços para conseguir sair como corrente majoritária. O *Financial Times*, porta-voz do setor financeiro internacional, se antecipa. Analisa que os governos dos países ricos falharam na inclusão social e prega: “Reformas radicais, que revertam a direção tomada nas últimas quatro décadas, deverão ser discutidas.”

Lançado semana passada, o livro *Implementação de Políticas e Atuação de Gestores Públicos: Experiências Recentes das Políticas de Redução das Desigualdades* (organizado por pesquisadoras do Ipea, FGV, PUC/RJ e Unicid), fornece um diagnóstico sobre os entraves enfrentados para a redução das desigualdades.

Para a diretora-adjunta do Ipea Janine Mello, o não reconhecimento da relevância das políticas sociais e da redução das desigualdades como parte fundamental das estratégias sustentáveis de desenvolvimento dos países produz impactos negativos na implementação das ações nas áreas de saúde, educação e assistência social nos três níveis federativos. O enfoque básico é que as instituições são importantes para o desenvolvimento. E que o Estado, interagindo com diversos atores sociais, precisa ter a capacidade de implementar políticas públicas, adaptando-as aos objetivos do desenvolvimento em cada etapa da economia brasileira.

Segundo ela, “nestes contextos, soluções pontuais, de baixa escala, dependentes da participação substantiva da iniciativa privada, ou ainda de teor filantrópico ou voluntário, ganham espaço e reforçam, mais uma vez, pressupostos que reduzem a área social a meras medidas compensatórias, paliativas e fragmentadas”.

O debate está no ar. O fim da pandemia pode começar a aparecer no horizonte, mas a crise política e econômica se desenrolará por mais tempo.